

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Pensamento e tendências da democracia na américa latina. Entre as vias consensual e populista.

Maria Francisca Pinheiro Coelho y Sayonara Leal.

Cita:

Maria Francisca Pinheiro Coelho y Sayonara Leal. (2009). *Pensamento e tendências da democracia na américa latina. Entre as vias consensual e populista. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1235>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Pensamento e tendências da democracia na América Latina

Entre as vias consensual e populista

Maria Francisca Pinheiro Coelho

Sayonara Leal

Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

Resumo

A América Latina vive atualmente período de expansão da democracia, após duas décadas de predominância na região de regimes autoritários, as ditaduras militares de 1960-1970. Nesse processo de reconstrução democrática, dois países e dois governantes representam tendências distintas e constituem modelos de liderança na região: o Brasil, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Venezuela, do presidente Hugo Chávez Frías. O trabalho se concentra na análise dessas duas vertentes políticas e estilos de governo, procurando identificar afinidades no comportamento de seus dirigentes; oposições em termos do pensamento político; relações entre prática política e instituições vigentes. Constituem objetivos do estudo compreender as características da construção do político na América Latina e como se manifestam concretamente nesses dois países.

Palavras-chave: democracia, populismo, autoritarismo, representação, participação.

Introdução

Após duas décadas de predominância na América Latina de regimes autoritários, as ditaduras militares de 1960-1970, a região vivencia expressivo período de expansão da democracia. A construção de regimes democráticos é a disposição majoritária dos governos latino americanos. Porém, o processo republicano na região tem suas especificidades se comparado às democracias modernas consolidadas. Constituem objetivos deste trabalho compreender as características da construção do político na região e como se manifestam no momento atual da democracia.

Pode-se dizer que a base das particularidades das democracias latino-americanas decorre do traço populista que permeia seu *ethos* político que estaria em disfunção com alternativas de fortalecimento das instituições e de aprofundamento das regras do jogo democrático. Porém, mesmo em relação e essa traço comum, o processo democrático latino-americano internamente assume tendências distintas que podem ser representadas no momento em dois modelos paradigmáticos: a via consensual e de acordo e a populista.

Dois países e dois governantes representam essas tendências e constituem modelos de liderança na região: o Brasil, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Venezuela, do presidente Hugo Chávez Frías. O trabalho pretende debater esses dois modelos concretos ou tendências políticas de democracia na região, procurando identificar afinidades no comportamento de seus dirigentes; oposições em termos do pensamento político; relações entre prática política e instituições vigentes.

O estudo se concentra assim nas características da democracia no momento atual no Brasil e na Venezuela. Observa-se que o pensamento político desses dois governantes postula a justiça social em seus países pela combinação de princípios ora democráticos ora socialistas, com forte ênfase na distribuição de renda. Entretanto, enquanto a política do governo Lula é marcada pela busca do consenso e do acordo, a política do governo Chávez é caracterizada por soluções de conflito que levam a alterações de normas constitucionais que regulamentam o processo democrático.

Enquanto o presidente Hugo Chávez defende como alternativa para a América Latina o que denomina o socialismo bolivariano, que supõe processos revolucionários, o presidente Lula defende a democratização da democracia, a partir do fortalecimento do tecido institucional vigente. Em termos da democracia participativa e do espaço público, o projeto de poder de Chávez envolve a criação de meios de comunicação como aparelhos ideológicos a serviço do governo, já o de Lula cria um sistema público de comunicação com autonomia em relação ao Estado e ao governo. O

objetivo do trabalho é procurar descrever e interpretar, no contexto da América Latina, essas duas tendências e suas especificidades no processo democrático na região, bem como compreender o pensamento político que subjaz a esses dois modelos e à tradição política que os orienta.

1. O populismo como categoria histórico-sociológica

O populismo como categoria histórico-sociológica tem como referência a obra de Marx *O 18 Brumário de Luís*, quando no processo de construção republicana na França, do século XIX, Luiz Bonaparte eleito presidente em 10 de dezembro de 1848, dá um golpe de Estado em 2 de dezembro de 1852, aniquila o Parlamento, restaura a Monarquia e governa como um ditador acima do sistema político e das classes, assumindo o papel de salvador da pátria. Em seu relato, Marx procura demonstrar como a luta de classes na França criou as condições que possibilitaram, mesmo em período de intensas mobilizações operárias, Luís Bonaparte desempenhar um papel de herói.

Analisa que isso foi possível devido à existência do grande número de pequenos camponeses, que constituíam a maioria de população, e que viviam isolados, como “batatas em um saco de batatas”. Em relação às outras classes, os camponeses pela sua condição econômica, seu modo de vida e interesses constituíam uma classe, mas não em relação a si mesmos porque não tinham uma ação política. Ao contrário, pela tradição histórica, desenvolveram a crença no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada: “A idéia fixa do sobrinho realizou-se porque coincidia com a idéia fixa da classe mais numerosa do povo francês” (Marx, 1977, 278).

Como autoridade executiva que se tornou um poder independente, Bonaparte considera sua missão de salvaguardar a ordem burguesa, mas a força dessa ordem está na classe média, que ele também insiste em destituir seu poder político. Como poder acima das classes, a ação de Bonaparte é contraditória. Diante da burguesia, se considera representante dos camponeses e do povo em geral, mas deseja tornar as classes mais baixas do povo felizes dentro da estrutura da sociedade burguesa. Essa tarefa contraditória do homem explica as contradições do seu governo: um confuso tatear que ora procura conquistar ora humilhar, primeiro, uma classe, depois outra. Essa insegurança prática constitui um contraste com seu estilo imperioso e categórico.

Apesar do termo não ter sido cunhado por Marx, o bonapartismo como uma forma ou estilo de governo se constituiu como uma categoria histórica. Em termos mais amplos, passou a englobar governantes de várias matizes político-ideológicas com fortes traços personalistas que se interpõem entre forças sociais, como se fossem únicos e indispensáveis. O poder de Bonaparte estava acima das classes sociais e dele dependia a nação. É considerado um verdadeiro herói. O

bonapartismo, em sua forma ditatorial, ou o populismo democrático é identificado de forma mais ampla com governos com traços personalistas e imperiais. Esse tipo de governo pode ser aplicado a várias situações históricas mundiais. O termo populismo tem sido aplicado para designar ações de governantes de diversas épocas e regiões diferentes e tem características próprias em cada situação em que o fenômeno se manifesta.

Além das noções fundadoras de Marx, como exemplo de um estudo sobre a sociedade burguesa de classes, o fenômeno do populismo pode ser analisado a partir de outras matizes teóricas, que ajudam a explicar a predominância desse tipo de governo em determinadas regiões. Alguns vão entender o populismo, inclusive em suas manifestações contemporâneas, designadas como neopopulismo, como uma forma desviante do modelo liberal de democracia. Neste sentido, seria decorrente do esvaziamento do político dentro do próprio Estado, do enfraquecimento das ideologias para a exaltação narcísica de lideranças individualistas, como barreira às instituições próprias do modelo normativo da democracia liberal em função da crise democrática em regiões em vias de desenvolvimento, como a América Latina (LEIS, 2008). Outros vão atribuir o populismo à crise de legitimidade dos partidos políticos, ao quadro de mazelas sociais não contemplado pelos governos de feição oligopolista-representativa, discursos nacionalistas e protecionistas (FALCÃO, 2008; MENEZES, 2008).

No entanto, ao avaliarmos o modelo hegemônico liberal de democracia representativa, assentado nas especificidades da realidade social e política dos países centrais, entendemos que o neopopulismo institui fundamentalmente um modo singular de se constituir o político em países em desenvolvimento. Para Ernesto Laclau (2008), o político é, de certo modo, a anatomia do mundo social porque é o momento da instituição do social. A heterogeneidade é constitutiva do laço social e sempre vamos ter uma dimensão política para qual a sociedade – e o povo – são constantemente reinventados. A reinvenção do povo e da sociedade faz-se pela política. Nesse sentido, existem vários tipos de populismo, citando o populismo de Estado, de modelo jacobino, por exemplo; o populismo regional; o etnopopulismo. Segundo o autor, o populismo se define como uma forma de ação e de construção do político, centrado em pessoas, mas assumindo diversas formas políticas.

O populismo pode também ser abordado como um fenômeno na sociedade moderna constituída com base no individualismo, onde há um declínio do político como homem ligado à coisa pública (SENNETT, 1988). Nessa perspectiva, a sociedade capitalista figuraria como uma sociedade intimista, em que as pessoas acreditam que os intercâmbios com a mesma são demonstrações de personalidade e por isso inclina-se a expor em público sua personalidade

individual e valorizam a autenticidade desse processo de auto-exposição. O populismo seria um fenômeno próprio da sociedade moderna. Uma contradição da política na sociedade, que se exprime na relação entre indivíduo e política, onde o individualismo passaria a ter predominância.

No plano especificamente político, essa inclinação vai desaguar na valorização, por parte das pessoas, da disposição do líder político em expor os traços de sua personalidade individual e isso em detrimento da exposição do conteúdo de sua ação política e de seu programa político. A atração do público pela personalidade do líder constituiu a forma e o conteúdo da relação política. Nesse sentido, pode-se estabelecer uma analogia com a compreensão de Laclau do populismo como uma forma de construção do político e de sua relação com o povo.

No que diz respeito à América Latina, o populismo assumiu características específicas devido à própria configuração da sociedade capitalista, na qual os conflitos da sociedade não assumiam a nítida conotação de classe. Além do que o populismo se instaura com base não em camadas rurais, mas urbanas. Mas de todo modo, pode-se aplicar a análise do populismo na região, em linhas gerais, as causas definidas por Marx, para a ascensão de regimes de tipo bonapartistas, entendidos aqui como populistas, que são: perda da representatividade e exemplaridade da classe dirigente e presença de um líder carismático (WEFFORT, 1989).

Populismo para Marx é um poder acima das classes, mas em nome delas. O populismo na América Latina e principalmente as novas formas de populismo na atualidade vai diluir ou nuançar essa noção de representação acima das classes. O populismo o neopopulismo é, na verdade, uma representação acima do povo, mas em nome do povo. Mas do que uma noção de classe, o populismo vai se legitimar como uma representação do povo, na figura do Estado e do governante, contra os grupos oligárquicos. A partir da compreensão do populismo como uma categoria histórica, desenvolvemos neste texto a formulação do populismo como um modo de construir o político na América Latina, com desdobramentos nacionais distintos e na configuração das democracias.

2. Democracia e populismo na América Latina

Entender o fazer política em países latino americanos é se reportar a um quadro democrático híbrido composto de elementos do antigo regime (autoritarismo) e do liberalismo, o que leva a autores a distinguirem na região entre liberalização (afrouxamento das regras autoritárias) e democratização (procedimentos, regras do jogo democrático) (MOISES, SADEK, 1995). O caso sul americano é emblemático, nesse sentido, sobretudo por apresentar uma forte vinculação entre participação e protestos sociais na reconstituição democrática, a partir da década de 1980. O

modelo misto de democracia sul americana, guardadas as especificidades de cada país, resulta do contraponto entre sistema político partidário e o ressurgimento de lideranças políticas, muitas vezes, à margem do sistema institucionalizado dos partidos.

O populismo na América Latina se constitui como uma forma de construção da política e se identifica com o próprio desenvolvimento do Estado moderno, no qual a sociedade de classes burguesas não tem contornos tão nítidos, enquanto a categoria povo que se opõe as oligarquias dominantes, sejam elas rurais ou urbanas. Deve-se considerar que não é o conflito de classes, do tipo burguesia/proletariado, próprio do desenvolvimento capitalista, mas sim, a oposição povo/oligarquia, o que caracteriza o populismo latino-americano com forte componente nacionalista, que o converte desde seu início em uma alternativa de tipo oligárquico e antiimperialista.

O neopopulismo se manifesta em um cenário de fortalecimento democrático e garantias dos direitos universais se distinguindo do quadro político do período anterior às ditaduras. O populismo nas décadas de 1930 e pós-segunda guerra mundial se projetava como regime de governo alicerçado nas oligarquias representativas, com uma forte dimensão conservadora.

Os países da América Latina passaram por regimes autoritários e atualmente a região vivencia um processo de construção democrática. Se as ditaduras fizeram parte da história da América Latina isso não significa que voltem a ocorrer. Como experiências históricas, seu ressurgimento vai depender de circunstâncias políticas específicas e, sobretudo, da ação política individual ou coletiva, nem sempre previsível (Arendt, 1989). Pelos desafios atuais, os laços predominantes nas relações entre instituições civis e militares são de construção da democracia (LAGOS, 2000; VELÁSQUEZ, 2008). Nas diferentes opções de construção de um projeto democrático, com exceção da denominada alternativa bolivariana para a América Latina, o chamado “socialismo do século XXI”, a palavra de ordem predominante é a construção da democracia, aliada à busca pela justiça social. Em outros termos, o que legitima os processos de mudança é a democracia, em suas variadas versões, no que nos interessa mais de perto, os modelos consensual e o populista.

As condições objetivas para o surgimento das democracias populistas ou plebiscitárias, nos termos de Inácio Walker (2006), são dadas, por um lado, pelos temas sociais que surgem com as grandes desigualdades sociais e as formas de exclusão ou marginalização de grandes setores sociais e, por outro, pela clara incapacidade das elites políticas dominantes tradicionais de tomar para si, canalizar e processar fenômenos sociais emergentes, diante do qual surgem líderes populistas ou messiânicos que conseguem capitalizar o descontentamento geral.

Já a democracia consensual ou de acordo está em sintonia com o Estado de direito democrático e o fortalecimento das instituições. Está mais próxima de assegurar condições de governabilidade democrática na região cominando a representação com a participação. Supõe que não basta uma maioria para governar e que é preciso a vigência e a supremacia das instituições para assegurar a governabilidade democrática (WALKER, 2006).

Pensando em termos de pólos, onde de um lado têm-se experiências de governos democrático-populistas e de outro governos democrático-participativos são emblemáticas os estilos de governo do presidente Hugo Chávez, no primeiro pólo, e de Lula, no segundo, embora nos dois perfis persistam traços da forma de construir o político na região que tem bases personalistas e populistas na própria constituição dessas sociedades.

3. Modelos de democracia no Brasil e na Venezuela

Nesta parte do trabalho, procurar-se-á analisar as peculiaridades e distinções dos governos de Lula e Hugo Chávez. A análise será baseada em dois fatores: o discurso e a política de comunicação de ambos os governantes. Antes disso, porém, far-se-á uma síntese conforme as classificações anteriores dos tipos de democracia na região. Além dos traços personalistas e populistas gerais que norteiam as democracias na América Latina são poucas as afinidades entre os dois governantes.

Lula tem sua legitimidade construída nas lutas sindicais e no seu engajamento no processo de redemocratização no país e na construção do Partido dos Trabalhadores. Chávez é militar de carreira e tem vínculos como movimentos de quartel pela tomada de poder na Venezuela, país de longa tradição armada. Como foi mencionado, seus estilos de governo são bastante distintos: o de Lula se baseia na abertura para o diálogo e negociação e o de Chávez no confronto e no conflito, embora pelas próprias características da tendência da democracia na região, seus arroubos autoritários têm sido contidos pelos contatos com lideranças democráticas. Em termos de pensamento político, os dois governantes adotam estilos bem distintos.

3.1- O Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva

O discurso e a política de comunicação de Lula se enquadram no tipo de democracia consensual e de acordo, apesar do seu estilo personalista de governar que pode ser atribuída a tendência neopopulista dos governos na América Latina. Sua gramática política envolve os conceitos de cidadania, democracia e consenso. Há uma evolução de seu discurso do primeiro para o segundo mandato, no sentido do uso mais frequentes dessas categorias.

No dia 1º de janeiro de 2003, na posse de seu primeiro mandato, ele fez dois pronunciamentos. O primeiro ao ar livre, no Parlatório do Palácio do Planalto, o que constituiu uma fala ao povo. Esse pronunciamento foi natural, efusivo, no qual ele contou sua trajetória de torneiro mecânico à presidência da República. No outro discurso, na sessão solene de posse no Congresso Nacional, o conteúdo foi o mesmo, mas com mais formalidades. Porém, nos dois pronunciamentos o tom utilizado foi contar a trajetória inusitada de um operário que chega a Presidência da República. Já no discurso do seu segundo mandato, proferido no Congresso Nacional, o conteúdo foi de um pronunciamento mais formal e a linguagem utilizada foi articulada com grandes temas do debate mundial: a globalização, a multilateralidade, o multiculturalismo, o pluralismo, a necessidade do diálogo e do consenso.

Em todos esses discursos, ele usou a palavra democracia como orientadora de sua ação política. Recolhemos aqui duas passagens dos discursos de 1º primeiro de janeiro de 2003 e duas do discurso de 1º de janeiro de 2007, para ilustrar os seus conteúdos, considerando-se que uma fala segue sempre uma orientação programada e que se deve fazer uma leitura das intenções e não uma leitura literal do texto pronunciado. Mas mesmo considerando, esses interesses políticos e deduções, é possível pelo discurso identificar quem fala, tanto no caso do presidente Lula como do presidente Chávez. Há uma forte carga personalista em seus pronunciamentos.

Discurso no Parlatório do Palácio do Planalto, em 1º primeiro de janeiro de 2003:

Nós temos uma história construída junto com vocês. A nossa vitória não foi resultado apenas de uma campanha que começou em junho e terminou no dia 27 de outubro. Antes de mim, companheiros e companheiras morreram neste país, lutando para conquistar a democracia e a liberdade. [...] Eu não sou resultado de uma eleição. Eu sou resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram.

Discurso na sessão solene de posse no Congresso Nacional, em 1º primeiro de janeiro de 2003:

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais do Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de

Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda clareza e com toda convicção, que nós podemos muito mais.

Discurso na sessão solene de posse no Congresso Nacional, em 1º primeiro de janeiro de 2007:

Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais me esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir. Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam. Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.

Como segunda menção deste discurso, unimos algumas curtas passagens:

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas do povo. [...] Temos que refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas. [...] Temos que construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas. [...] As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. [...] Nosso País pode ser um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade.

Sérgio Dayrell Porto (2003), em análise dos 100 primeiros dias do governo Lula, faz uma interpretação, definindo como conteúdo messiânico os seus discursos, por considerar apelativos seus pronunciamentos e de conteúdo religioso. Para Porto, o presidente se utiliza de técnicas e estratégias dos discursos mobilizadores, com procedimentos autoritários, como os discursos religiosos. Não conseguimos perceber essa conotação nos pronunciamentos de Lula e suas referências religiosas são aquelas próprias das famílias brasileiras católicas que professam a fé em Deus.

No entanto, Porto ao indagar-se sobre quanto Lulas existem, tem razão, pois os pronunciamentos do presidente mudam de acordo com o fórum que está participando e o público específico. Sua fala para os operários não é a mesma para os empresários. Segundo Porto,

“Em janeiro Lula é pastor, em abril ele é pai e amigo, em maio é empresário, presidente moderno, jogando o jogo dos negócios. Nos dois primeiros momentos é mais o Lula arqueológico e histórico, no último é um Lula ‘empresariado’... Qual dos 3 é o Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, em quem votamos? Certamente que os 3, mas servindo a formações discursivas diferentes.”

Concordamos com essas reflexões de Porto, que muito sugerem do personagem Lula populista e negociador, que quer ficar bem com todos. Mas, no entanto, quando o presidente pronuncia que não pode se esquecer do lugar que veio para demarcar onde quer chegar, denota consciência política e limites de sua negociação, e quem de fato ele representa.

A política de comunicação de Lula, apesar das críticas, visa ampliar os canais de comunicação, tendo uma voz mais ativa no que diz respeito a um meio de comunicação de caráter público. Foi criada a Empresa Brasileira de Comunicação que não tem uma presença marcante, em termos de competição, nos meios de comunicação no país, majoritariamente privados e com forte domínio de um meio privado sobre os outros, a Fundação Roberto Marinho, dono da rede Globo de televisão. Foi criado também o Conselho Nacional de Comunicação que pretende ter uma voz ativa na esfera da comunicação, com a participação de entidades da sociedade civil e dos governos. Foi também extinta a Lei de Imprensa vigente no período militar, sendo o suporte para a liberdade de imprensa a Constituição brasileira e as penalidades previstas na mesma para quem descumprir a lei.

3.2- A Venezuela de Hugo Chávez

Afora as raízes latinas comuns que tornam semelhantes à cultura política na América Latina, a Venezuela é um país bastante distinto do Brasil e também o estilo de governo do presidente Hugo Chávez Frias. Deve-se procurar olhar para a Venezuela com o olhar voltado para a compreensão dos traços que caracterizam a atual política daquele país. Adotar uma perspectiva histórico-sociológica para a análise das particularidades dos fatos no presente.

Para a caracterização do país e dos traços de governo Hugo Chávez, nos apoiamos aqui em pesquisa realizada Rômulo Fereira Neves (2008). Com base em ampla pesquisa bibliográfica e de campo, e também com base em uma incursão pessoal no cotidiano da vida da sociedade venezuelana, o autor vai selecionando, os elementos que caracterizam a cultura política do país.

Ele combina de forma original quatro aspectos da cultura política na Venezuela que se entrelaçam e que são elementos estruturantes na constituição da nação: a cultura da baixa

produtividade, concentrada na dependência da economia em relação à produção do petróleo; a força do militarismo na política; o culto a Simon Bolívar; e a radicalização dos discursos dos dirigentes políticos.

Considera que o tratamento da questão da baixa produtividade foi o mais complexo dentre os elementos levantados, visto que se fazia necessário um levantamento teórico inicial para determinar o enfoque correto sobre o tema, na medida em que esse é um problema comum a outros países, com economia concentrada em um bem de produção. A permanência desse quadro econômico que representa a riqueza mais ao mesmo tempo o atraso da Venezuela, pelas polaridades resultantes, vai marcar a história política do país.

A partir desses quatro elementos, ele elabora o retrato político da Venezuela, mostrando como a relação entre o pretorianismo, o poder militar, e o autoritarismo, leva a re-significação de alguns conceitos, como o de democracia, que assume uma conotação diferente da visão liberal e mesmo substantiva de democracia, o que leva a questionamentos. Na equação militarismo-democracia, a incorporação do discurso sobre a democracia no país contém o elemento autoritário.

Existe uma linguagem sobre a democracia, mas as estruturas de pensamento e as mentalidades são autoritárias. Verifica-se uma mudança no discurso que não se cristaliza nas atitudes e comportamentos. É o caso do discurso sobre a democracia e da percepção da população venezuelana sobre o papel da democracia na sociedade. Apesar da sociedade valorizar positivamente o discurso sobre a democracia, prossegue ainda no imaginário coletivo a possibilidade do recurso à força para consecução de objetivos políticos.

O Presidente Hugo Chávez, um militar, expressa essa complexidade de valores. Representa ao mesmo tempo a crença na democracia por parte de muitos, que têm diferentes modelos de democracia em seu imaginário, e a simpatia por um líder forte, por parte de muitos. A democracia venezuelana significa muita coisa: representar os pobres, o povo, o desenvolvimento, a justiça. É como se houvesse uma leitura diferente do conceito liberal de democracia.

Em ambiente de grande popularidade, Chávez cunhou a expressão “socialismo do século XXI”. Polissêmico, o termo é uma conjunção de diversas fontes simbólicas, principalmente a marxista, a indigenista e a cristã. O socialismo do século XXI englobaria a Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e Cuba. Essa seria a alternativa Bolivariana para as Américas.

O discurso do presidente Hugo Chávez tem outra filiação política. Utiliza-se “virtude armada” para defender soluções revolucionárias para o país, o socialismo bolivariano. Um discurso político populista e repetitivo de slogans e menções aos companheiros de luta e de revolução O

conteúdo é populista e de esquerda, pelas menções feitas à Marx, a Gramsci, a Fidel. Fala de sua proposta do socialismo bolivariano. Em seus discursos, não utiliza a palavra cidadania e democracia, preferindo a referência às camadas populares que o apóiam e ao socialismo como um fim.

Enquanto o discurso de Lula assume a conotação de sua experiência de seu exercício no poder, fala de democracia de acordo, negociação, globalização, multilateralismo, pluralismo, o de Chávez repete palavras em tom populista e se autodenominando uma esquerda socialista. Em seu discurso de posse na reeleição não há uma única menção à palavra democracia. Seu discurso não tem uma narrativa construída como um relato coerente. São bandeiras de luta repetidas no campo por ele definido como o socialismo bolivariano. Sua gramática política se constitui dos conceitos de povo, socialismo, revolução.

Vamos aqui proceder com o recorte de passagens de seu discurso de posse do segundo mandato, de 8 de janeiro de 2007. Seleccionamos quatro passagens desse pronunciamento, nas quais sua mensagem ‘revolucionária’ e sua filiação política estão claras. Usamos o recurso também de unir algumas passagens, compostas de frases curtas:

Discurso oficial de Hugo Chávez Frias, em 8º de janeiro de 2007:

La Fuerza Armada Venezolana a partir de ahora comienza a llamarse Fuerza Armada Bolivariana de Venezuela, Ejército Bolivariano de Venezuela, Armada Bolivariana de Venezuela. [...] Estamos entrando em verdad em uma nueva era y yo los invito a todos, cuando He firmado el decreto cambiándole el nombre a los ministerios, y ahora llamándolos “Ministerios del Poder Popular”, eso no es solo para que suene bonito cuando damos um discurso, no! Los quiero y las quiero allá, cada dia más metidos em el alma del poder popular, a los ministros, a las ministras, al Vicepresidente.

Nada ni nadie podrá desviarnos del camino hacia el socialismo bolivariano, el socialismo vnezoelano, nuestro socialismo. [...] Vamos a mandarle um saludo a Fidel, ése nos está viendo alá em la Habana, Hermano, compañero, camarada, padre, amigo, baquiano de los caminos.

La Constitución nos presenta um primer piso, nos abre um portón para la construcción del socialismo, ciertamente; pero para avanzar más rápido, em major

amplitud y dimensión, se requiere um conjunto de reformas a nuestra Constitución, esse es el segundo motor.

Hay que demoler los viejos valores del individualismo, del capitalismo, del egoísmo; y hay que criar nuevos valores, y eso sólo se logra a través de la educación, del ejemplo, que es el tercer gran motor.

O quarto e último motor é a construção de Conselhos Comunais em todos os estados para converter o velho Estado contra-revolucionário em um Estado revolucionário.

Em seu discurso há uma clara defesa da construção de uma sociedade revolucionária e se preciso por vias criadas de rompimento do Estado de direitos e das instituições democráticas. É essa orientação que ele utiliza em sua política de comunicação. Seu discurso é nacionalista e antiimperialista. Há também em sua fala, uma forte conotação religiosa, até mais marcante do que na de Lula, citando passagens da Bíblia e sermões de Cristo. Chávez alterou o capítulo da Comunicação da Constituição e criou a lei de rádio comunitária, para estabelecer uma comunicação mais direta com o povo. Montou uma indústria editorial que publica seus discursos e diretrizes de sua “revolução bolivariana”.

Na prática política de Chávez percebe-se um claro autoritarismo e um objetivo político de construção do socialismo bolivariano. Utiliza a figura mítica de Simon Bolívar, representante da luta de libertação da Venezuela e seu primeiro presidente. Nos limites da democracia na América Latina percebe-se a dificuldade da correlação entre democracia e república. O populismo latino-americano se instala justamente na lacuna entre república e democracia, pelas características personalistas de governantes que constroem sua legitimidade numa relação direta com o povo, com pouca mediação de partidos e com escasso acento nas instituições da sociedade. Esse não é o caso de Lula, mas não o exime dos traços populistas característicos da forma de construção do político na região.

Na América Latina importa mais a democratização social do que a democratização política. A preservação das instituições políticas, da representação, do estado direito, da vigência das liberdades e da supremacia constitucional subsumem-se na questão social. O neopopulismo dificulta, assim, a vertente de aprofundamento da democracia participativa no sentido do fortalecimento das instituições democráticas e de espaços independentes do exercício da democracia.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FALCÃO, Frederico José. América Latina: crise democrática ou do modelo oligárquico?. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Trabalhadores em movimento: constituição de um novo proletariado?, 2008, Londrina. **Caderno de Resumos do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Trabalhadores em movimento: constituição de um novo proletariado?**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008. v. 1. p. 135-135.
- FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história – Debate e crítica**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2001.
- IANNI, Octávio. **Colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2008.
- LAGOS, Marta. A máscara sorridente da América Latina. **Opinião pública**. Campinas, Vol. VI, nº 1, 2000, pp. 1-6.
- LEIS, Héctor Ricardo. Populismo e democracia liberal na América do Sul. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul-dez, 2008, p. 25-47.
- MARX, Karl. 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Marx Karl e Friedrich Engels. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MENEZES, W. F. . Os limites da legitimidade democrática e economia dos recursos naturais: neopopulismo ou governança popular na América Latina?. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. **Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, 2008.
- MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.
- NEVES, Rômulo Figueira. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2008 (Dissertação de mestrado. Mimeog.).
- PORTO, Sérgio. Daryell. Os 100 dias do presidente e o tom messiânico de seus discursos. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2003, Belo Horizonte - MG. INTERCOM 2003 - **ANAIS DO XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. BELO HORIZONTE - MG : INTERCOM, 2003. v. 1.
- SAES, Décio de Azevedo Marques de. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. In DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público – As tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. Una convivência inesperada – Fuerzas Armadas y gobiernos de izquierda em América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 213, enero-febrero, 2008.
- WALKER, Ignácio. Qual o caminho da globalização, da democracia e da esquerda na América Latina? **Política Externa**. Vol. 15, nº 2, set/out./nov., 2006.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.